

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 13/05/2019 13:26:57

2 - DO MÉRITO A empresa encaminhou e-mail, RECURSO de impugnação o respectivo edital, a esta Instituição na data de 06.05.2019 às 18h20min (através do e-mail compras@ufgd.edu.br), assim estando o presente pregão agendado para o dia 09.05.2019 às 09h (horário de Brasília), a impugnação restou tempestiva, sendo interposta dentro do prazo previsto no Decreto nº 5.450/05, art. 18: Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica. 3 - DA ANÁLISE DO MÉRITO Primeiramente, se faz necessário informar que a legislação pertinente (Leis 8.666/93, 10.520/2002 e decretos 3.555/2000, 5.450/2005, 5.504/2005) não reconhecem a existência de recurso administrativo em sede de impugnação do edital. Conforme respondido anteriormente em sede de ato impugnatório apresentado pela empresa "RONDAI", ratificamos a discricionariedade da Administração frente aos atos de gestão. Segundo Mello (2003, p. 395) define discricionariedade como "a margem de liberdade conferida pela lei ao administrador a fim de que este cumpra o dever de integrar com sua vontade ou juízo a norma jurídica [...], a fim de dar satisfação aos objetivos consagrados no sistema legal". Continua (MELLO, 2003, p. 395): ao agir discricionariamente o agente estará, quando a lei lhe outorga tal faculdade (que é simultaneamente um dever), cumprindo a determinação normativa sobre o melhor meio de dar satisfação ao interesse público por força da indeterminação legal quanto ao comportamento adequado à satisfação do interesse público. Ainda nesse descreve Joel de Menezes NIEBUHR (Licitação Pública e Contrato Administrativo. 3 ed. Belo Horizonte): A Administração não está obrigada a prorrogar os contratos de prestação de serviços contínuos, ainda que dentro das hipóteses e nas situações autorizadas pela Lei nº 8.666/93. Isso porque, como dito, a validade da prorrogação depende das vantagens propiciadas por ela. Ora, a análise das vantagens ou desvantagens da prorrogação equivale à análise da sua conveniência e da oportunidade, o que toca ao núcleo da discricionariedade, uma vez que os agentes dispõem de margem de liberdade para realizar tal juízo. A Administração não está obrigada a prorrogar os contratos de prestação de serviços contínuos, ainda que dentro das hipóteses e nas situações autorizadas pela Lei nº 8.666/93. Isso porque, como dito, a validade da prorrogação depende das vantagens propiciadas por ela. Ora, a análise das vantagens ou desvantagens da prorrogação equivale à análise da sua conveniência e da oportunidade, o que toca ao núcleo da discricionariedade, uma vez que os agentes dispõem de margem de liberdade para realizar tal juízo. Para reforçar o poder discricionário da Administração é válido ratificar que o direito de renovar um contrato administrativo é da Administração Pública e não do contratado, algo plenamente claro e consolidado na jurisprudência, cito menção do Acórdão 948937 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Publicado no DJe: 22/6/2016: "O contratante com a Administração Pública não possui direito subjetivo à prorrogação de contrato. O Juiz de Primeiro Grau julgou improcedente o pedido de declaração de nulidade do contrato celebrado entre a CAESB e determinada empresa de telefonia. Em apelação, a autora - a empresa que anteriormente realizava a prestação do serviço de telecomunicações - sustentou que teria direito à prorrogação do seu contrato, na medida em que apresentou proposta mais vantajosa, com preço inferior e velocidade superior à apresentada pela empresa contratada. O Relator observou que a Lei de Licitações, excepcionalmente, possibilita a prorrogação de contratos administrativos com vistas à obtenção de preços e condições mais proveitosos, de acordo com o juízo de discricionariedade da Administração Pública. Portanto, não se trata de direito subjetivo do contratante, mas sim de faculdade do Poder Público. Além disso, também verificou que o contrato atual é mais vantajoso economicamente do que o contrato anteriormente realizado com a apelante e que a sua proposta não pode ser levada em consideração, por ter sido apresentada após a divulgação dos valores e das condições ofertadas pela empresa contratada, sem amparo em qualquer procedimento licitatório. Com base nesses fundamentos, a Turma negou provimento ao recurso". Cumpre ainda mencionar, conforme resposta do ato impugnatório, de conhecimento da própria impugnante, a planilha encaminhada pela empresa no momento do ato impugnatório encontrava-se com valores defasados, considerando a atualização dos valores da Convenção Coletiva de Trabalho dos profissionais de Vigilância a partir de março de 2019, por outro lado, os valores da planilha de composição de custo da licitação atual, ora com data agendada, encontra-se devidamente atualizada, embora naquela ocasião o cálculo realizado, superficialmente, por este pregoeiro, considerou o montante de R\$ 4.144.379,04 no período de 12 (doze) meses, baseado nos custos apresentados pela empresa "RONDAI", cujos valores não consideravam a atualização dos salários e nem dos benefícios obrigatórios da nova Convenção Coletiva. Dessa forma, ratificamos a discricionariedade da Administração em determinar seus próprios atos e da não obrigatoriedade de prorrogar contratos, portanto seria imprudente e incerto afirmar que o contrato vigente é mais vantajoso e econômico, também não podemos esquecer que o valor estimado ainda será disputado, consequentemente reduzido com disputa na sessão pública em vista do princípio da competitividade dos participantes. 6 - DA CONCLUSÃO Ante o exposto, recebemos a presente impugnação, para, no mérito, julgá-la Improcedente o ato impugnatório, entendendo, que não compete a impugnante adentrar na discricionariedade da Administração, ensinando como se deve agir e quando agir na contratação dos seus próprios serviços. Aceitar esse tipo de interferência seria privilegiar o interesse particular em detrimento do interesse público. Ressalte-se que em um processo de seleção de propostas, o que caracteriza a Licitação é o dever da Administração buscar a oferta que lhe seja mais vantajosa. Dourados, 13 de maio de 2019. Paulo Marcelo C. da Silva Pregoeiro/Divisão de Licitação CCOMP/PRAD

Fechar